

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 610.596 - SP (2014/0290329-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : GRUISSAN PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADOS : JÚLIO DE ALMEIDA E OUTRO(S) - SP127553
REGINA CÉLIA BARALDI BISSON E OUTRO(S) - SP061338B
AGRAVADO : ANA LÚCIA BLANCO ACETO
AGRAVADO : ANA MARIA NUNES ACETO
AGRAVADO : ANTONIO CARLOS NUNES ACETO
AGRAVADO : CARLOS EDUARDO NUNES
AGRAVADO : LOURDES NUNES
ADVOGADO : PAULO MARCELLO LUTTI CICCONE E OUTRO(S) - SP151953

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por GRUISSAN PARTICIPAÇÕES LTDA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"EMBARGOS DE TERCEIRO - BLOQUEIO JUDICIAL DOS BENS DE PROPRIEDADE DA EMBARGANTE - AUSÊNCIA DE PROVA DA ORIGEM DOS BENS -SENTENÇA MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO." (e-STJ, fl. 552)

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 567/571).

Nas razões do recurso especial, a ora agravante alega violação dos arts. 535 do Código de Processo Civil e 50 do Código Civil, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, que *"nenhuma das hipóteses do artigo 50 do CPC está presente. Menos ainda em relação às empresas Gruissan, esta ora Recorrente e RJN, que de comum com a Amanara apenas tem o sócio Rodolfo e absolutamente nenhum relacionamento com Ivair"* (e-STJ, fl. 591). Assim, *"entende a recorrente que não pode prosperar a interpretação e extensão da desconstituição da personalidade jurídica, para que recaia sobre a mesma, vez que a RECORRENTE já existia dois anos antes, seu objetivo societário é absolutamente diverso da sociedade AMANARA, e ainda mais, foi enquadrada como fraudadora da execução em conluio com AMANARA e IVAIR, que são absolutamente estranhos aos negócios da APELANTE, o que comprovou por*

documentação que jamais realizou qualquer pagamento, intenção ou participação direta ou indireta com o cantor" (e-STJ, fl. 592).

Contrarrazões apresentadas às fls. 647/663.

Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem, que inadmitiu o recurso especial, o que ensejou a interposição do presente recurso.

É o relatório. Decido.

No recurso em exame, aplica-se o Enunciado nº 2 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*".

Inicialmente, o apelo não merece conhecimento no tocante à alegada infringência ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o ora embargante não indicou qual vício, apesar de devidamente provocado nos embargos de declaração, não fora sanado pelo eg. TJ-SP, no julgamento dos aclaratórios. Assim sendo, trata-se de alegação genérica de violação ao art. 535 do CPC/73, o que representa deficiente fundamentação recursal, atraindo o óbice da Súmula n. 284/STF, aplicada por analogia. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284 DO STF. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA 7 DO STJ. AUXÍLIO FUNERAL. ESPÓLIO. ILEGITIMIDADE ATIVA. SÚMULA 83 DO STJ. PLANO DE SAÚDE. COBERTURA. DOENÇA PREEXISTENTE. SÚMULA 7 DO STJ. REEMBOLSO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. O recurso não demonstra qual seria o ponto omissivo, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido, não se conhecendo da alegada violação do artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973. Incidência, por analogia, do entendimento da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1027126/SP, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 05/10/2017, DJe 18/10/2017 - grifou-se)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/1973. ALEGAÇÃO GENÉRICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284 DO STF. COMPRA E VENDA. COMISSÃO DE CORRETAGEM INDEVIDA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Considera-se deficiente, a teor da Súmula n. 284 do STF, a fundamentação do recurso especial que alega violação do art. 535 do CPC/1973, mas não demonstra, clara e objetivamente, qual o ponto omissso, contraditório ou obscuro, do acórdão recorrido, não solucionado no julgamento dos embargos de declaração.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 288.217/RS, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 04/10/2017 - grifou-se)

No mais, cuida-se, na origem, de Embargos de Terceiro opostos por GRUISSAN PARTICIPAÇÕES LTDA, contra decisão que, na Ação de Reparação de danos, ora em fase de execução, proposta por ANA LUCIA BLANCO ACETO e OUTROS, determinou a penhora sobre bens e valores de propriedade da ora Embargante. A sentença julgou improcedente o pedido deduzido nos presentes embargos, ao argumento de que a embargante não logrou êxito em comprovar a origem dos bens e valores que administra, bem como que seus negócios seriam estranhos aos negócios da empresa Amanara e ao executado Ivair.

Ao manter a sentença, a Corte de origem assim se manifestou sobre a controvérsia:

"Tenho que, no presente caso, não restou comprovada a alegação da Embargante, no sentido de que seus negócios seriam "absolutamente estranhos" aos negócios da empresa Amanara e ao executado Ivair.

Com efeito, observa-se que sequer há nos autos prova no sentido de quais seriam as atividades da empresa Embargante, embora coincidente o objeto social das mencionadas sociedades, e tampouco, a quem pertenceriam os bens que diz administrar, sendo certo que o Sr. Rodolfo é representante legal da empresa Embargante, bem como da empresa Amanara, e ainda, da empresa RJN Administração e Participações, a qual, por sua vez,

também teve bens e contas penhorados, pelo mesmo fundamento. A frágil argumentação da Embargante, no sentido de que “não há patrimônio de um se imiscuindo no outro” não merece acolhida, uma vez que conforme já mencionado, a Apelante não demonstrou, por qualquer meio de prova, a origem dos bens e valores ora bloqueados. Oportuno ressaltar, ainda, que foram penhorados diversos veículos importados, cuja origem também não foi comprovada (cf. fls 256 e ss). Não se mostra crível, ainda a argumentação de que os veículos teriam sido adquiridos em seus respectivos anos de fabricação o que também não foi provado, e portanto, não teriam relação com o contrato celebrado entre Amanara e o executado Ivair. Por fim, tenho que não há que se acolher a pretensão da Apelante, no sentido de limitar-se a responsabilidade da Embargante ao valor declarado do contrato entre a empresa Amanara e o executado Ivair (supostamente limitado a R\$154.000,00), uma vez que conforme bem ressaltou o d. magistrado de primeiro grau, “não se concebe, ainda, que a carreira artística do executado Ivair não ostente a mesma nota de grandeza d’outrora, quiça exatamente em função dos fatos que deram ensejo à propositura da ação de reparação por danos e do excruciante trâmite processual, em especial nesta fase de execução, que não tenha ele granjeado nenhum valor desde mais ou menos os idos de 2002”. **Enfim, diante desse quadro, impõe-se não acolher o inconformismo, de modo a assegurar, aos Embargados, a cobrança executiva dos valores a que tem direito.**” (e-STJ, fls. 555/556)

Nesse contexto, a modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório. Neste sentido:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. GRUPO ECONÔMICO. SOCIEDADE EMPRESÁRIA COM PARTICIPAÇÃO NA EMPRESA EXECUTADA. COINCIDÊNCIA ENTRE OS SÓCIOS. CITAÇÃO PRÉVIA. DESNECESSIDADE. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO GARANTIDOS EM RAZÃO DA CITAÇÃO DOS SÓCIOS ADMINISTRADORES DA PESSOA JURÍDICA ATINGIDA. PREJUÍZO À DEFESA. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS (CPC/1973, ART. 249, § 1º). TEORIA DA DISREGARD DOCTRINE (CC/2002, ART. 50). REQUISITOS. CONFUSÃO PATRIMONIAL RECONHECIDA. MATÉRIA DE PROVA

(SÚMULA 7/STJ). PENHORA SOBRE O FATURAMENTO DE EMPRESA. REDUÇÃO. PERCENTUAL FIXADO COM BASE NA APRECIÇÃO DOS FATOS DA CAUSA. INVIABILIDADE NESTA ESTREITA VIA.

POSSIBILIDADE DE POSTERIOR ALTERAÇÃO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, DURANTE A EXECUÇÃO, CASO SE MOSTRE ADEQUADA A PROVIDÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETÓRIOS E LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ (CPC/1973, ARTS.

17, 18 E 538, PARÁGRAFO ÚNICO). NÃO CARACTERIZAÇÃO. PENALIDADES AFASTADAS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A questão relativa à prévia citação do sócio ou da pessoa jurídica atingida pela aplicação da disregard doctrine, anteriormente à vigência do novo Código de Processo Civil, encontra precedentes no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que: "A superação da pessoa jurídica afirma-se como um incidente processual, razão pela qual pode ser deferida nos próprios autos, dispensando-se também a citação dos sócios, em desfavor de quem foi superada a pessoa jurídica, bastando a defesa apresentada a posteriori, mediante embargos, impugnação ao cumprimento de sentença ou exceção de pré-executividade" (REsp 1.414.997/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 26/10/2015).

2. Hipótese em que, ademais, não foi demonstrada a existência de prejuízo à defesa, uma vez que, reconhecida a coincidência entre os quadros societários das empresas envolvidas, verificou-se que os sócios administradores da sociedade recorrente já figuravam no polo passivo da execução, o que lhes possibilitou o exercício do contraditório acerca da aplicação da disregard doctrine antes de proferida qualquer decisão a respeito. Aplicação do princípio da instrumentalidade das formas (CPC/1973, art. 249, § 1º).

3. **Reconhecida pelas instâncias ordinárias a existência dos requisitos autorizadores da desconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresária executada, decretada nos termos do art. 50 do CC/2002, a revisão das conclusões contidas no acórdão recorrido, fundamentado no exame aprofundado das provas produzidas, exigiria o revolvimento de matéria fática, inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).**

4. Na esteira da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a penhora sobre o faturamento de empresa é admitida em casos em que se mostre necessária e adequada, desde que observados, cumulativamente, os seguintes requisitos: I) inexistência de bens passíveis de garantir a execução ou que sejam de difícil alienação; II) nomeação de administrador (CPC/73, art. 655-A, § 3º); e III)

fixação de percentual que não inviabilize a atividade empresarial. Precedentes.

5. Inviável, na via estreita do especial, o exame da pretensão de redução do percentual estabelecido para a penhora - fixado em 30% sobre o faturamento bruto mensal da sociedade executada -, uma vez que fixado pelo Tribunal de origem com base na apreciação dos fatos da causa. A revisão do percentual da penhora poderá ser feita pelas próprias instâncias ordinárias, caso se mostre adequada essa providência, durante a execução.

6. Tratando-se de embargos de declaração opostos com o intuito de prequestionar matéria infraconstitucional trazida no recurso especial, não há por que inquiná-los de protelatórios, tampouco para considerar a parte como litigante de má-fé, uma vez que esta não pode ser presumida, sendo necessária a comprovação do dolo da parte, ou seja, da intenção de obstrução do trâmite regular do processo, nos termos do art. 17 do Código de Processo Civil. Penalidades afastadas.

7. Recurso especial provido em parte.

(REsp 1545817/SP, Rel. **Ministro RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2016, DJe 27/05/2016 - grifou-se)

Pela alínea "c" do permissivo constitucional, melhor sorte não socorre ao apelo nobre, uma vez que o ora recorrente não realizou o cotejo analítico entre os vv. acórdãos em comparação, limitando-se a transcrever cópia de ementas. No entanto, a uníssona jurisprudência desta eg. Corte firmou-se no sentido de que a mera transcrição de ementas não é suficiente para a comprovação da divergência jurisprudencial.

Nessa linha de intelecção, destacam-se os seguintes julgados:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMINATÓRIA. PLANO DE SAÚDE. CUSTEIO DO TRATAMENTO DO SEGURADO. RECUSA. NATUREZA ABUSIVA. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Para a caracterização da sugerida divergência jurisprudencial, não basta a simples transcrição de ementas. Devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, sob pena de não serem atendidos, como na hipótese, os requisitos previstos nos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, § 2º, do RISTJ.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1118727/SP, Rel. **Ministro RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2017, DJe 06/10/2017 - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ERRO DE CÁLCULO. REVISÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 7/STJ. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO.

(...)

3. A demonstração da divergência não se satisfaz com a simples transcrição de ementas, mas com o confronto entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

4. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 978.980/SP, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 15/08/2017 - grifou-se)

Se não fosse o bastante, também pela alínea "c" do permissivo constitucional, melhor sorte não socorre ao apelo nobre, uma vez que a incidência da Súmula 7/STJ na questão controversa apresentada é, por consequência, óbice também para a análise do apontado dissídio - por ser inviável a aferição de similitude fática entre os julgados -, e impede o seguimento do presente recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator